

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017



HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas do
Hospital Maria Auxiliadora S.A.
Brasília - DF

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Hospital Maria Auxiliadora S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Hospital Maria Auxiliadora S.A.** em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 30 de abril de 2018, emitimos relatório de auditoria sem ressalvas sobre as demonstrações contábeis do **Hospital Maria Auxiliadora S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, que estão sendo reapresentados. Conforme descrito na Nota Explicativa no 3.15, essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas com ajustes retrospectivos decorrentes da retificação de erro pelo não registro dos créditos tributários decorrentes de diferenças temporais. Como consequência, as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foram retificadas, conforme previsto na Resolução no 1.179/09 do Conselho Federal de Contabilidade e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro (NBC TG 23 (R1), refletindo os ajustes para fins de comparabilidade entre os exercícios apresentados. Nossa opinião continua sendo sem modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes aos períodos anteriores foram ajustados de forma retrospectiva.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de maio de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC DF 015827/O-3

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.**Balancos patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo			
	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Circulante			
Caixa e Equivalentes	5	14.696	18.527
Contas a receber clientes	6	37.687	45.092
Adiantamentos	7	1.029	1.940
Estoques	8	1.428	2.046
Impostos a recuperar	9	571	2.042
Outros créditos		105	913
		55.516	70.560
Não circulante			
Tributos s Recuperar LP	9	19.554	14.204
Outros Créditos de LP		961	818
Imobilizado	10	69.458	66.481
		89.973	81.503
Total do ativo		145.489	152.063

Passivo e PL			
	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017(Reapresentado)
Circulante			
Fornecedores	11	8.038	11.057
Empréstimos e Financiamentos	17	2.275	2.228
Obrigações trabalhistas e sociais	12	5.783	5.712
Obrigações tributárias	13	1.286	3.378
Adiantamentos de Terceiros		174	192
Dividendos a Pagar	18	10.332	7.674
Outras Contas a Pagar		-	1
		27.888	30.242
Não circulante			
Tributos Diferidos LP	13	13.311	11.859
Empréstimos e Financiamentos LP	17	8.513	10.516
Obrigações Partes relacionadas	15	22.597	40.833
Outras Obrigações de LP		526	476
Provisões Trabalhistas e Cíveis	14	4.726	3.714
		49.673	67.398
Patrimônio Líquido			
Capital Social	18	14.500	14.500
Reserva Legal		2.900	2.900
Reserva de Lucros		50.528	37.023
		67.928	54.423
Total do passivo e do PL		145.489	152.063

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.**Demonstração do resultado**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Período de doze meses findos em:	
		31/12/2018	31/12/2017
(=) Receita Líquida	19	175.419	182.518
(-) Custos dos Serviços Prestados	20	(100.006)	(102.614)
(=) Lucro Bruto		75.413	79.904
(+/-) Despesas/receitas Operacionais		(49.095)	(27.559)
Despesas operacionais	21	(26.836)	(22.057)
Depreciação e Amortização		(1.380)	(902)
Outras receitas operacionais		108	261
Outras despesas operacionais	22	(20.987)	(4.861)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		26.318	52.345
Resultado Financeiro		29	2.190
Receitas financeiras		1.310	3.141
Despesas financeiras		(1.281)	(951)
(=) Lucro antes do IR e Contribuição Social		26.347	54.536
IR e Contribuição Social Sobre o Lucro	23	(8.406)	(18.656)
Corrente/Diferido Fiscal		(13.756)	(18.937)
Diferido		5.350	281
(=) Lucro/Prejuízo do Exercício		17.941	35.879
Quantidade de ações		14.500	14.500
Lucro líquido por ação		1,24	2,47

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	17.941	35.879
Total do resultado abrangente do exercício	17.941	35.879

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Disposição da Assembleia	Resultado do Período	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016	14.500	2.223	10.619	-	27.342
Reserva Legal	-	677		(677)	-
Dividendos a Distribuir JCP	-	-	(1.124)	(7.674)	(8.798)
Saldos a Disposição da Assembleia	-	-	27.528	(27.528)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	35.879	35.879
Saldos em 31 de dezembro de 2017	14.500	2.900	37.023		54.423
Efeitos Adoção CPC 48	-	-	(1.403)	-	(1.403)
Dividendos a Distribuir e JCP	-	-	(2.500)	(533)	(3.033)
Saldos a Disposição da Assembleia	-	-	17.408	(17.408)	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	17.941	17.941
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.500	2.900	50.528	-	67.928

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Resultado do exercício	17.941	35.879
Depreciação e amortização	1.380	902
Constituição de PCLD	14.865	1.674
Provisão Contingências Trabalhistas e Cíveis	1.012	1.134
Lucro ajustado	35.198	39.589
Contas a receber de clientes	(7.460)	(4.813)
Adiantamentos	910	1.089
Estoques	618	(519)
Tributos a recuperar	(3.879)	2.918
Outros Créditos	808	48
Outros Créditos de LP	(142)	(381)
Fornecedores	(3.019)	3.464
Obrigações trabalhistas e sociais	71	2.232
Obrigações tributárias	(2.092)	1.803
Adiantamentos de Terceiros	(18)	(1.164)
Dividendos a Pagar	2.658	5.194
Outras Contas a Pagar	(1)	(121)
Tributos Diferidos LP	1.452	370
Outras Obrigações de LP	49	137
Caixa líquido das atividades operacionais	25.153	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos	-	-
Imobilizado	(4.357)	(9.534)
Intangível	-	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(4.357)	(9.534)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos	47	7
Empréstimos e Financiamentos LP	(2.002)	(2.249)
Obrigações Partes Relacionadas	(18.236)	(20.958)
Dividendos Distribuídos e JCP	(3.033)	(8.798)
Efeitos Adoção CPC 48	(1.403)	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(24.627)	(31.998)
Aumento/(redução) líquido de caixa	(3.831)	8.314
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	18.527	10.213
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	14.696	18.527
Aumento/(redução) líquido de caixa	(3.831)	8.314

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

A **Hospital Maria Auxiliadora S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima de Companhia de capital fechado. A Companhia é um hospital situado em Brasília-DF, com sua finalidade única e exclusiva de restação de serviços hospitalares completos e internação.

A Companhia está localizada na Área Especial, No 16, Lado Oeste, Setor Central, Gama-DF.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2019.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis individuais estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisão para devedores duvidosos;
- Reconhecimento de receita;
- Depreciações do ativo imobilizado;
- Provisões para contingências; e
- Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, sendo que os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 10) e a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (Nota 6). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

2.5. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2018. Segue abaixo a avaliação do Hospital Maria Auxiliadora dos impactos destas novas normas e interpretações.

2.5.1. Novas normas, interpretações e alterações efetivas a partir de 1º de janeiro de 2018

a) A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor a norma CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, não havendo expectativa de impacto significativo na adoção para as demonstrações financeiras do Hospital, no exercício de 31 de dezembro de 2018, conforme destacado a seguir.

- **IFRS 15/CPC 47 - “Receita de Contratos com Clientes”**: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - “Contratos de Construção”, IAS 18/CPC 30 - “Receitas” e correspondentes interpretações.

Conforme estipulado no pronunciamento técnico CPC 47, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018, a taxa inicial não restituível deverá ser reconhecida como um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros, sendo a receita registrada quando esses bens ou serviços forem prestados.

b) Receita de Contrato com Cliente CPC 48

O CPC 48 estabelece a forma de classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui as regras dispostas no CPC 38, que trata da classificação e da mensuração de instrumentos financeiros.

Dentre as principais alterações, destaca-se: (i) os novos critérios de classificação/mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) o novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) a flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Em análise ao novo modelo de *impairment* dos ativos financeiros estabelecido no CPC 48, observa-se que a imparidade passa a ser constituída com base nas perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas. O grupo visualiza impacto nas Demonstrações Contábeis, uma vez que no novo modelo normativo as estimativas de perdas não consideram somente os títulos vencidos e não pagos como base para a constituição da perda de crédito de liquidação duvidosa, mas sim, todos os créditos a receber.

Essa classificação exigirá um julgamento relevante sobre como os fatores a seguir, afetam as perdas esperadas de crédito: (i) as mudanças em fatores econômicos; (ii) o contexto no qual o cliente está inserido; (iii) a situação financeira do cliente; e (iv) o histórico do cliente frente ao Grupo Santa.

Nesse contexto, a Companhia aplicou a partir de 2018, conforme orientação da CVM, a abordagem simplificada para registrar as perdas esperadas durante toda a vida do “contas a receber” dos seus clientes.

3. Práticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

3.3. CPC 48 - Instrumentos Financeiros, Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD

Esse novo CPC, equivalente ao IFRS 9, estabelece como ano de sua adoção o exercício de 2018. Nesse sentido, introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros, novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração do Grupo Santa revisou seus ativos e passivos financeiros e não identificou impactos relevantes na classificação e mensuração, assim como na contabilização de hedge, uma vez já estarem alinhadas com as práticas de administração de risco do Grupo Santa. Quanto ao modelo de "*impairment*" (de perda incorrida para perda esperada) o Grupo Santa finalizou os estudos de implementação dessa norma e auferiu um incremento estimado na provisão no valor de R\$ 1.402.626 no total de provisão sobre a carteira de recebíveis. Entretanto, considerando o comportamento atípico de sua carteira de recebíveis, ao longo do próximo exercício, o Grupo Santa continuará a avaliar o seu modelo de provisionamento de forma a adequá-lo ao comportamento específico de sua carteira de recebíveis. Em resumo, o impacto inicial desta norma será reconhecido contra o Patrimônio Líquido da Companhia no montante de R\$ 1.402.626, líquido de impactos tributários (em 1º de janeiro de 2018).

3.4. Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da utilização por meio de prestação de serviço ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.5. Propriedade para investimento

A Companhia é proprietária terrenos mantidos para fins de valorização. Os terrenos não são utilizados pela Companhia e está demonstrado ao custo de aquisição.

3.6. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada.

3.7. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações não relacionadas a atividade fim da Cooperativa. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.8. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e passivos não circulantes, em função do seu prazo contratual de pagamento.

3.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.10. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando Companhia têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa no 14.

3.11. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de tributos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia;
- (iii) Critérios específicos em conformidade com o CPC 47 tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

a) Prestação de serviços – Convênios

A Companhia presta serviços hospitalares e seus clientes, os convênios de saúde, são sua principal fonte de faturamento. As vendas são reconhecidas no momento da prestação de contas para o usuário do plano de saúde junto à Companhia. Portanto, todo seu faturamento é comprovado através de notas fiscais e documentos (Laudos) que evidenciam os serviços prestados aos clientes.

b) Prestação de serviços - Glosas

As receitas de glosas tratam-se de receitas anteriormente canceladas e que foram recuperadas. O trâmite é dado da seguinte forma:

- A Companhia emite nota fiscal e documentos (Laudos) que evidenciam os serviços prestados aos clientes;
- Os convênios, por sua vez, têm o direito de enviar uma perícia em campo para identificar nos laudos apresentados, se existem serviços prestados pela Companhia que estão fora da cobertura dos convênios, seja por questões contratuais ou outros motivos;
- A Companhia, quando recebe os comunicados das glosas, registra como cancelamento contábil e fiscal, em primeiro momento, a fim de fazer a liquidação da fatura da parte que não foi glosada;
- Mesmo após as glosas por parte dos convênios e a Companhia ter aceitado em primeiro momento, ainda é reservado o direito da Companhia a recorrer das glosas e transformá-las novamente em receita. Por isso, existe a necessidade de registrar receitas de glosas.

c) Prestação de serviços - Particulares

As receitas pelo canal de vendas "Particulares" são registradas de duas formas:

- Clientes que não possuem convênios e contratam os serviços diretamente da Companhia, portanto, as receitas são faturadas diretamente aos pacientes, usuários dos serviços hospitalares;
- Os consultórios utilizados pelos médicos são alugados. Portanto, trata-se de receitas de aluguel de consultórios registrada por regime de competência.

d) Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juro efetiva e descontos obtidos.

3.12. Distribuição de dividendos

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "Outras obrigações", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa no 18c).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3.13. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores recebidos de clientes e pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.15. Ajustes retrospectivos decorrentes de retificação de erros

Em decorrência de determinadas retificações de erros nas políticas contábeis, o Hospital Maria Auxiliadora S.A. efetuou ajustes retrospectivos. Como consequência, as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram retificadas, conforme previsto na Resolução no 1.179/09 do Conselho Federal de Contabilidade e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro (NBC TG 23 (R1)), refletindo os ajustes para fins de comparabilidade entre os exercícios sociais apresentados, a seguir apresentamos conciliação da quantificação dos efeitos sobre as demonstrações contábeis:

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Balancos Reapresentados						
Hospital Maria Auxiliadora S.A.	31 de dezembro de 2017			01 de janeiro de 2017		
	Saldos Originais	Ajustes	Saldos Finais	Saldos Originais	Ajustes	Saldos Finais
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de caixa	18.527		18.527	10.213		10.213
Contas a receber clientes	45.092		45.092	41.952		41.952
Adiantamentos	1.940		1.940	3.029		3.029
Estoques	2.046		2.046	1.527		1.527
Tributos a recuperar	2.042		2.042	5.242		5.242
Outros créditos	913		913	961		961
	70.560		70.560	62.924		62.924
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Tributos a recuperar LP (a)	13.923	281	14.204	-	13.923	13.923
Outros Créditos de LP	818		818	437		437
Imobilizado	66.481		66.481	57.850		57.850
	81.222		81.503	58.287		72.210
TOTAL DO ATIVO	151.782		152.063	121.211		135.134
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	11.057		11.057	7.593		7.593
Empréstimos e Finan.	2.228		2.228	2.221		2.221
Obrigações trabalhistas e sociais	5.712		5.712	3.480		3.480
Obrigações tributárias	3.378		3.378	13.064		13.064
Adiant. de Terceiros	192		192	1.356		1.356
Dividendos a Pagar	7.674		7.674	2.480		2.480
Provisões Trabalhistas e Cíveis	-		-	2.580		2.580
Outras Contas a Pagar	1		1	122		122
	30.242		30.242	32.896		32.896
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Tributos Diferidos LP	11.859		11.859	-		-
Empréstimos e Finan. LP	10.516		10.516	12.765		12.765
Obrigações Partes relacionadas	40.833		40.833	61.792		61.792
Outras Obrigações de LP	476		476	339		339
Provisões Trabalhistas e Cíveis	3.714		3.714	-		-
	67.398		67.398	74.896		74.896
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	14.500		14.500	14.500		14.500
Reserva Legal	2.900		2.900	2.223		2.223
Reserva de Lucros	36.742		37.023	(3.304)	13.923	10.619
	54.141	281	54.423	13.419		27.342
TOTAL DO PASSIVO	151.782		152.063	121.211		135.134

a) Anteriormente a Companhia não possuía um critério de constituição de provisão para contingências trabalhistas e cíveis, a partir do exercício de 2017, a administração passou a constituir a provisão de contingências trabalhista e cíveis com base em relatórios jurídicos que avaliam os riscos de dispêndios. A situação de provável perda atual, dessa forma, foi necessária a reformulação dos saldos comparativos, visando apresentar os saldos dos exercícios de 2016 com o mesmo critério de provisão. Em face desses eventos estamos rerepresentando a parcela referente ao IR e CSLL Diferidos sobre tais provisões, além destes, está sendo evidenciado os Impostos Diferidos sobre as Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa.

3.16. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não aplicáveis para adoção:

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, alinhado às normas internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB (órgão responsável pela harmonização contábil), emitiu os pronunciamentos elencados a seguir, que após aprovados pela CVM, passaram a ser de aplicação obrigatória pelas companhias.

Destaca-se que, apesar das normas internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB permitirem a adoção antecipada da norma a critério dos administradores das empresas, a CVM, a fim de manter a comparabilidade das Demonstrações Financeiras, proibiu a aplicação antecipada da norma. Dessa forma, passaram a vigorar, obrigatoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2018 os CPC(s) 47 e 48 e passa a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2).

Assim, em análise aos possíveis impactos gerados com a adoção dessas normas, verificou-se o seguinte::

a) Operações de Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2)

O CPC 06 (R2), de aplicação obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2019, eliminou a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em:

- a. reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais;
- b. reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e
- c. reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma..

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Companhia, conforme Nota Explicativa no 5, bem como aos valores a receber (contas a receber), descritos na Nota Explicativa no 6.

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado: i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e ii) com relação ao contas a receber os valores estão concentrados em operadoras de planos de saúde, entretanto as condições contratadas são normalmente observadas pelas partes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos, exceto a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a provisão para glosas médicas.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Companhia, conforme apresentada na Nota Explicativa no 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	1.184	5.722
Aplicações Financeiras de curto prazo	13.512	12.805
Total	14.696	18.527

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Contas a receber

	2018	2017
Convênios de assistência	94.711	87.560
Clientes particulares	747	498
(-) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa	(53.068)	(36.801)
Total Contas a Receber de Clientes	42.390	51.257
Créditos Recebidos a Conciliar	(5.083)	(6.421)
Cheques a Receber	318	108
Cartões de Créditos	62	148
Total	37.687	45.092

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Em função da adoção do CPC 48 a empresa teve um aumento no valor dos registros das provisões de perdas, pois antes só se provisionava os créditos vencidos a mais de 360 dias. Com a adoção passou a provisionar o risco de perda da carteira inclusive dos valores a vencer.

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2018	2017
A Vencer	10.828	11.559
Vencidos até 30 dias	13.437	17.365
Vencidos de 31 até 60 dias	12.414	9.111
Vencidos de 61 até 90 dias	4.410	4.465
Vencidos de 91 até 180 dias	866	4.349
Vencidos de 181 até 360 dias	9.492	3.349
Vencidos acima de 361 dias	44.011	37.860
(-) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa	(53.068)	(36.801)
Total	42.390	51.257

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise global dos clientes, por meio do "aging list", considerando as perdas incorridas e esperadas. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 5 anos, bem como outros critérios individualizados.

Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	(36.801)	(35.128)
Adições/Baixas	(16.267)	(1.673)
Saldo Final	(53.068)	(36.801)

Levando em consideração o CPC 48, se as regras contábeis abortadas por este fossem adotadas em 2017, o valor a registrar de PECLD no período seria de R\$ 38.204, apurado conforme tabela a seguir:

	2017
Convênios de assistência	87.560
Clientes particulares	498
(-) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa	(38.204)
Total Contas a Receber de Clientes	49.854
Créditos Recebidos a Conciliar	(6.421)
Cheques a Receber	108
Cartões de Créditos	148
Total	43.689

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2017
A Vencer	11.559
Vencidos até 30 dias	17.365
Vencidos de 31 até 60 dias	9.111
Vencidos de 61 até 90 dias	4.465
Vencidos de 91 até 180 dias	4.349
Vencidos de 181 até 360 dias	3.349
Vencidos acima de 361 dias	37.860
(-) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa	(38.204)
Total	49.854

Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2017
Saldo Inicial	(35.128)
Adições/Baixas	(3.076)
Saldo Final	(38.204)

7. Adiantamentos

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos Fornecedores de Materiais	235	758
Adiantamentos Fornecedores de Serviços	535	967
Adiantamentos Fornecedores de Diversos	-	-
Adiantamentos a funcionários	259	215
Total	1.029	1.940

8. Estoques

	2018	2017
Medicamentos e Material Hospitalar (a)	906	1.267
Almoxarifado em Geral	522	779
Total	1.428	2.046

(a) Estoques representados pelos medicamentos e materiais que são utilizados diretamente na prestação dos serviços médicos aos pacientes.

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

9. Impostos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Negativo de IRPJ	-	977
Saldo Negativo de CSLL	416	506
ISS a Recuperar	115	446
COFINS a Recuperar	20	19
PIS a Recuperar	4	4
Tributos Recolhimento a Maior Lei 10.833/2003	6	6
Incentivo Cultural (ISS Lei 5.021/2013)	-	79
Pert IOF	10	5
IR - Diferido s/ PCLD	18.019	12.989
CSLL - Diferido s/ Contingências	1.535	1.215
Total	20.125	16.247
Circulante	571	2.042
Não circulante	19.554	14.204

10. Imobilizado

Descrição do Bem	2018		2017		Taxa anual de depreciação
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Edificações e Construções	8.894	(2.496)	6.398	6.580	2%
Móveis e utensílios	1.338	(457)	881	3.715	10%
Máquinas e equipamentos	1.058	(357)	701	713	10%
Equip. Medicina e Cirurgia	10.678	(2.793)	7.885	4.021	7,14%
Terrenos	2.483	-	2.483	2.483	0%
Equip. de Informática	971	(274)	697	503	20%
Elevadores	402	(22)	380	-	10
Construções em Andamento	49.317	-	49.317	45.622	0%
Veículos	103	(83)	20	40	20%
Instalações	195	(80)	115	83	10%
Outras Imobilizações	592	(12)	580	2.720	0 a 20%
Total	76.032	(6.574)	69.458	66.481	

A Administração do Hospital Maria Auxiliadora S.A. realizou o levantamento físico em relação aos bens do ativo imobilizado, os quais foram validados em laudo por meio da empresa (VR GROUP Auditores & Consultores) especializada em controles e mensurações de ativos imobilizado, a qual teve por finalidade de avaliar e mensurar o valor dos ativos por maior grau de relevância, bem como suas depreciações em função do prazo de vida útil estimada dos bens, adequando-se as normas contábeis e tributárias.

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Descrição do Bem	2016	2017			2018				
	Líquido	Aquisições	Baixas	Dep. Período	Líquido	Aquisições	Baixas	Dep. Período	Líquido
Edificações e Construções	1.685	8.894	(3.818)	(181)	6.580	-	-	(182)	6.398
Móveis e utensílios	374	3.559	48	(266)	3.715	436	(3.139)	(131)	881
Máquinas e equip. Hospitalares	184	497	109	(77)	713	131	(37)	(106)	701
Equip. Medicina e Cirurgia	5.699	2.770	(4.244)	(204)	4.021	5.182	(212)	(1.105)	7.886
Terrenos	2.483	-	-	-	2.483	-	-	-	2.483
Equip. de Informática	819	289	(467)	(137)	504	510	(160)	(157)	697
Elevadores	-	-	-	-	-	402	-	(22)	380
Construções em Andamento	46.873	7.742	(8.993)	-	45.622	3.943	(247)	-	49.318
Veículos	85	-	(24)	(21)	40	57	-	(20)	20
Instalações	763	3	(668)	(15)	83	-	60	(86)	114
Outras Imobilizações	3.756	6.444	(7.478)	(2)	2.720	2.143	(4.281)	(2)	580
Total	62.721	30.196	(25.533)	(902)	66.481	12.804	(8.016)	(1.811)	69.458

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

11. Fornecedores a pagar

	2018	2017
Materiais e Medicamentos	5.210	6.391
Imobilizado	169	1.097
Serviços Médicos	208	909
Serviços de Manutenção	74	24
Materiais Diversos	417	717
Gêneros Alimentícios	84	68
Almoxarifado	230	153
Outros Serviços de Pessoa Jurídica	1.646	1.698
Total	8.038	11.057

12. Obrigações trabalhistas e sociais

	2018	2017
Salários e ordenados	1.657	1.957
Provisão trabalhistas e encargos	3.251	2.880
FGTS	218	212
INSS	657	663
Total	5.783	5.712

13. Obrigações tributárias

	2018	2017
COFINS a recolher	154	163
PIS a recolher	34	35
IRPJ a recolher	386	1.891
CSLL a recolher	94	562
Retenção 4,65%	178	284
INSS Retenção PJ	100	113
IRRF	214	156
ISS	126	164
IOF	-	10
OUTRAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	-	-
IMPOSTOS DIFERIDOS	13.311	11.859
	14.597	15.237
Curto Prazo	1.286	3.378
Diferido (Longo Prazo)	13.311	11.859

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

14. Provisão para riscos processuais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração do Hospital Maria Auxiliadora S.A. adotou os critérios de provisionamentos de provisões trabalhistas e cíveis, por meio de critérios internos administrativos e acompanhamentos jurídicos, mantendo os controles e aprimorando dos critérios de avaliação, nos controles internos, nos critérios de reconhecimento e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências. Abaixo apresentamos as principais características:

a) Processos classificados como prováveis de perda e provisionados contabilmente

Natureza	2018	2017
Trabalhistas	4.615	3.551
Cíveis	111	163
Total	4.726	3.714

As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b) Processos classificados como possíveis de perda e não provisionados contabilmente

Natureza	2018	2017
Trabalhistas	225	28
Cíveis	86	2.388
Total	311	2.416

Os Processos classificados como possíveis de perda e não provisionados contabilmente, tiveram uma aumento em função da atualização das planilha e controles operacionais extras contábeis.

15. Partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

a) Valores a receber

	31/12/2018	31/12/2017
HOSPITAL SANTA LUCIA S/A	18	34
HOSPITAL PRONTONORTE S/A	4	3
CENTRO RADIOLOGICO DO GAMA S/A	20	7
Total	42	44

Os valores dos mútuos são contratos de conta corrente recíprocas, nas quais as correntistas deixam a disponibilidade diária recursos financeiro em caixa único, os quais são utilizados para extinção de obrigações. Os débitos e créditos são quitados por meio de confronto periódico realizados através de balanços contábeis.

Os valores a receber de partes relacionadas de clientes fazem parte da composição das rubricas do grupo de clientes no ativo circulante.

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

b) Valores a pagar

	2018	2017
Obrigações - HOSPITAL SANTA LUCIA S/A	52	1.256
Obrigações - CENTRO RADIOLOGICO DO GAMA S/A	1	155
Contrato de Mutuo a pagar - HSL	17.597	21.597
Contrato de Mutuo a pagar - HSH	-	6.766
Contrato de Mútuo a pagar - HPN	-	3.920
Contrato de Mutuo a pagar - CRB	5.000	6.770
Contrato de Mutuo a pagar - CRG	-	1.780
Total	22.650	42.244
Contas a pagar (Fornecedores)	53	1.411
Partes Relacionadas	22.597	40.833
Total	22.650	42.244

Os valores a pagar com partes relacionadas de obrigações fazem parte da composição da rubrica de fornecedores no passivo circulante.

16. Remuneração do pessoal-chave

A remuneração dos diretores e conselho de administração corresponde a benefícios de curto prazo e os valores estão em condições normais de mercado.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

17. Empréstimos e Financiamentos

	31/12/2018	31/12/2017
Curto Prazo		
Empréstimos bancários	2.275	2.228
	2.275	2.228
Longo Prazo		
Empréstimos bancários LP9	8.513	10.516
	8.513	10.516
Total Geral	10.788	10.788

A Administração do Hospital Prontonorte S.A. possui a seguinte composição de empréstimos.

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Entidades	2018	2017	Encargos
Banco do Brasil - FCO Obra	9.456	11.340	4,12% a.a.
Empréstimo GE 3 - CP	-	1.306	5,80% a.a. + LIBOR
Banco Santander - Leasing	-	98	15,85% a.a.
Banco Itaú	1.332	-	4,4% a.a.
Total Geral	10.788	12.744	
Circulante	2.275	2.228	
Não Circulante	8.513	10.516	

a) Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas de vencimento antecipado e referem-se a financiamentos de equipamentos hospitalares, sendo que as garantias são os próprios bens adquiridos,

b) Financiamento junto ao FCO (Fundo Constitucional do Centro Oeste). As garantias são próprias as empresas do próprio Grupo.

18. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital da Companhia era de R\$14.500 (Quatorze milhões e quinhentos mil).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve alteração no capital social, sua composição é de 14.500.000 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas.

(b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

A reserva de lucros para investimentos e capital está representada pelos lucros não distribuídos..

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em conformidade com a Lei no 9.249/95, a administração da Companhia aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento ao disposto no CPC 09 e ICPC 08, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 2.500 foi contabilizado no Patrimônio Líquido, seguindo o mesmo tratamento dado ao Dividendo Obrigatório.

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Dividendos a pagar	8.207	7.674
Juros Sobre Capital Próprio	2.125	-
	10.332	7.674

19. Receita líquida

Abaixo apresentamos a reconciliação das receitas brutas para a receita líquida:

	2018	2017
Receita Bruta de serviços	203.441	225.881
(-) Impostos sobre a receita	(10.963)	(11.059)
(-) Descontos e abatimentos	(17.059)	(32.304)
Receita Líquida	175.419	182.518

20. Custos dos Serviços

	31/12/2018	31/12/2017
Custos com Serviços PJ	(34.152)	(44.410)
Custos com Pessoal	(29.589)	(24.338)
Custos Medicamentos e Materiais Hospitalares	(36.231)	(33.474)
Outros Custos Aplicado	(34)	(392)
Receita Líquida	(100.006)	(102.614)

21. Despesas operacionais por natureza

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e Encargos Sociais	(7.257)	(6.456)
Serviços de Manutenção e Conservação	(2.227)	(1.646)
Serviços de Terceiros	(11.350)	(10.970)
Despesas Tributárias	(121)	(227)
Materiais de Uso Consumo	-	-
Demais Despesas Operacionais	(5.881)	(2.758)
Total	(26.836)	(22.057)

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

21.1. Demais despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Viagens		(1)
Seguros	(6)	(11)
Custas Processuais	(2)	(1)
Chaveiro/Carimbo	(3)	(4)
Utilidades	-	(3)
Reformas/Manutenção	(593)	(366)
Despesas Auxiliares	(4.808)	(2.626)
Desp. Não dedutíveis	(469)	254
Total	(5.881)	(2.758)

22. Outras despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.864)	(1.674)
Ajustes	17	(2)
Perdas Efetivas	(4.717)	(2.051)
Provisões p/ Contigen. Trabalhistas	(1.064)	(1.134)
Provisões p/ Contigen. Cíveis	52	-
Outras despesas operacionais	(411)	-
Total	(20.987)	(4.861)

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa conforme mencionado na nota 5. Ademais os valores alocados como ajustes é o encontro de valores entre os ativos e passivos que foram lançados no resultado do exercício.

HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado Antes do Imposto de Renda e CSLL	26.347	54.536
Tributos com Exigibilidade Suspensa	49	136
Despesas não Dedutíveis	907	727
Provisões não Dedutíveis	40.738	2.371
Reversões	(24.334)	
Distribuição de JCP	(2.500)	(1.124)
Base de Cálculo	41.207	56.646
Incentivos fiscais	(231)	(299)
Alíquota	34%	34%
Despesas com Imposto de Renda e CSLL	(8.406)	(18.656)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(12.814)	(18.832)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(942)	(105)
IR e CS Societária - Diferido s/ PCLD	5.030	(80)
IR e CS Societária - Diferido s/ Contingencias	5.030	361

24. Seguros (Não Auditado)

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	17.000
		17.000

25. Relacionamento com os auditores independentes

A Companhia não contratou outros serviços de não auditoria com seus auditores independentes.

26. Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes de 1º de janeiro até data de emissão dessas demonstrações contábeis e, que sejam necessárias divulgações adicionais, conforme CPC 24/IAS 10.

